

BOLETIM 362

Brasília, 1º de junho de 2017

Comissão do Senado aprova PEC da Eleição Direta para Presidente

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado aprovou nesta quarta-feira (31), por unanimidade, a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 67/16, que prevê a realização de eleição direta para presidente e vice-presidente da República se os cargos ficarem vagos nos três primeiros anos de mandato.

Atualmente, a Constituição admite eleição direta apenas se a vacância ocorrer nos dois primeiros anos. Após esse período, deve ser realizada eleição indireta pelo Congresso Nacional, em até 30 dias.

Com a mudança proposta na PEC, a realização de eleição indireta para presidente e vice-presidente ficará restrita ao último ano do mandato.

A PEC será encaminhada para votação no plenário do Senado e, se aprovada, seguirá para a Câmara dos Deputados.

O relator da PEC, Lindbergh Faria (PT-RJ), havia apresentado substitutivo à proposta e o senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) apresentou hoje voto em separado pela rejeição do texto do relator e pela aprovação do texto original do senador Reguffe (sem partido-DF). Ferraço



argumentou que o substitutivo de Lindbergh tem inconstitucionalidades.

Lindbergh Farias disse que quis deixar claro em seu texto que, se aprovada a PEC nas duas casas legislativas, a nova regra passaria a valer de imediato, com eleições diretas em 90 dias no caso de vacância do cargo de presidente da República dentro do prazo previsto.

Já Ferraço argumentou que a Constituição prevê que qualquer mudança eleitoral deve entrar em vigor um ano após a aprovação, por isso o relatório de Lindbergh é inconstitucional e, segundo ele, há deliberação do Supremo Tribunal Federal (STF) nesse sentido.

Após entendimento entre Lindbergh e Ferraço, foi colocada em votação a proposta original apresentada por Reguffe. Mesmo com a aprovação do texto original, Lindbergh disse acreditar que há jurisprudência para que a nova regra passe a valer imediatamente após aprovada.

O trabalho agora será de articulação para que o presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), pautar a PEC para votação no plenário do Senado. A votação de uma PEC é feita em dois turnos de discussão.

Fonte: Agência Brasil



CONTRICOM aplaude eleição direta para Presidente

O presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Costa – Mazinho, aplaudiu a aprovação, pela CCJ do Senado Federal, da PEC que prevê eleição direta para presidente e vice-presidente da República em caso de vacância nos três primeiros anos do mandato.

Segundo ele, caso a matéria seja deliberada em caráter definitivo pelo Senado e, depois, pela Câmara dos Deputados, o país terá a melhor solução política para a crise que se arrasta há anos.

Mazinho destacou que o conjunto dos movimento sindical e a ampla maioria do povo brasileiro já se manifestou favorável à realização de eleições diretas como forma de devolver ao povo a soberania da escolha de seu mandatário supremo.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Senado aprova fim do foro privilegiado, mas com ressalvas

O Senado Federal aprovou em segundo turno, nessa quarta-feira (31), a Proposta de Emenda em Constituição que acaba com o foro privilegiado de autoridades no país. Foram 69 votos favoráveis, nenhum contrário e uma abstenção. Além de ministros, governadores, prefeitos e parlamentares também podem perder o foro privilegiado as autoridades do Ministério Público, do Judiciário e dos Tribunais de Contas.

O privilégio só foi mantido para os presidentes da República, da Câmara, do Senado e do Supremo Tribunal Federal em casos de crimes relacionados ao mandato.

O relator, senador Randolf Rodrigues, da Rede, disse que precisou mudar o texto para aprovar a PEC. Ele manteve a prerrogativa dos Plenários da Câmara e Senado de revogar prisões de parlamentares do Congresso Nacional.

A PEC ainda precisa ser aprovada, em dois turnos, por, no mínimo, 2/3 dos deputados da Câmara Federal. O relator da matéria, Randolfe Rodrigues, ressaltou que não será fácil aprovar a PEC na outra casa legislativa.

O senador sem partido, Reguffe, do Distrito Federal, comentou que a aprovação da PEC é uma surpresa para muita gente.

Dados divulgados pela Consultoria do Senado mostram que no Brasil há, atualmente, mais de 54 mil autoridades com foro privilegiado.

Fonte: Portal EBC



Reforma trabalhista será analisada por mais duas comissões

Foi aprovado em Plenário nesta quarta-feira (31), requerimento do líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR) e da senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) para que a tramitação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 38/2017, que trata da reforma trabalhista seja modificada.

Após a deliberação da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a matéria agora seguirá para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e, finalmente, para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Fonte: Agência Senado

Relator diz que reforma da Previdência é "irreversível"

O relator da reforma da Previdência, na Câmara, deputado Arthur Maia (PPS-BA), disse hoje (31) que a aprovação da matéria é "algo irreversível, independente da atual crise política". Ele participou do Fórum de Investimentos Brasil 2017, na capital paulista.

"Estamos vivendo uma crise política causada pelas recentes delações da JBS e pela expectativa que o país vive em torno do julgamento [da cassação da chapa Dilma-Temer] no Tribunal Superior Eleitoral. Espero que a crise seja rapidamente superada. Nossa expectativa é que o presidente Temer possa governar o Brasil, fazer as reformas que o país precisa."

Segundo ele, a base governista na Câmara foi mantida mesmo com a crise e, em seus cálculos, mais de 280 deputados irão votar a favor da reforma. "Todos nós temos a clara noção de que estamos lutando por uma questão, que é um assunto de Estado", disse.

Para Maia, mesmo que o TSE decida pelo afastamento do presidente Michel Temer, seu eventual substituto "terá obrigação de conduzir as reformas". "Qualquer presidente que tenha responsabilidade com o Brasil tratará este assunto como prioritário", afirmou.

O deputado afirmou que, no caso de um afastamento de Temer, o país poderá entrar em mais um momento difícil. "No pico de uma crise, ninguém decide um assunto como a Previdência Social. Caso contrário, teremos que superar este assunto e continuar com as reformas", ressaltou.

Maia disse que o Congresso não interromperá as votações, mesmo diante de possíveis pedidos de vista do processo, no TSE. "Não podemos ficar reféns de uma circunstância que não tem prazo determinado e fazer com que o parlamento fique de braços", disse.

Fonte: Agência Brasil

Taxa de desemprego fica em 13,6% no trimestre encerrado em abril

A taxa de desocupação no país foi estimada em 13,6% no trimestre móvel encerrado em abril, ficando 1 ponto percentual acima da taxa do trimestre imediatamente anterior (novembro a janeiro), quando havia fechado em



12,6%. Os dados foram divulgados nesta quarta-feira (31), no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Pnad Contínua.

Com a alta do último trimestre, a população desocupada em abril chegou a 14 milhões, uma alta de 8,7% em relação ao trimestre encerrado em janeiro. Assim, houve um acréscimo de 1,1 milhão de pessoas no número de desempregados.

Dados comparativos - Na comparação com igual trimestre de 2016, o total de desocupados subiu 23,1%, o que significa um aumento de 2,6 milhões em um ano no número de desempregados.

Quando a comparação se dá com o mesmo trimestre do ano passado (novembro de 2015/janeiro de 2016, quando a taxa de desemprego estava em 11,2%), houve crescimento de 2,4 pontos percentuais no desemprego.

Já a população ocupada no trimestre encerrado em abril era de 89,2 milhões de pessoas, uma queda de 0,7%, quando comparada com o trimestre de novembro de 2016 a janeiro de 2017 (89,9 milhões de pessoas).

Em comparação com igual trimestre de 2016, quando o total de ocupados era de 90,6 milhões de pessoas, em janeiro deste ano o número de desempregados aumentou 1,4 milhão de pessoas – uma queda na taxa de desemprego de 1,5%.

Carteira assinada - Entre as 14 milhões de pessoas que perderam o emprego entre os trimestres encerrados em janeiro e em abril, 572 mil fazem parte do contingente com emprego formal, ou seja, com carteira de trabalho assinada.

Os dados fazem parte da Pnad Contínua e indicam que havia em abril, quando do fechamento do trimestre, 33,3 milhões de pessoas com carteira assinada, uma queda de 1,7% na comparação com o trimestre de novembro a janeiro, quando havia 33,9 milhões de pessoas com carteira assinada.

Frente ao trimestre de fevereiro a abril de 2016, a queda é de 3,6%, o que significa que em um ano aproximadamente 1,2 milhão de pessoas com carteira assinada perderam emprego.

Rendimento médio real - Apesar da alta taxa de desemprego, a maior da história do país, o rendimento médio real pago ao trabalhador brasileiro vem se mantendo estável, tanto em relação ao trimestre encerrado em janeiro quanto ao mesmo trimestre do ano passado.

Os dados da Pnad Contínua indicam que o rendimento médio real habitualmente recebido em todos os trabalhos no trimestre fechado em abril era de R\$ 2,107 mil; no trimestre móvel finalizado em janeiro o valor era de R\$ 2,095 mil; e de R\$ 2,052 mil em igual trimestre do ano passado.

Fonte: Agência Brasil



Copom reduz juros básicos da economia para 10,25%,

Pela sexta vez seguida, o Banco Central (BC) baixou os juros básicos da economia. Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) reduziu nesta quarta-feira (31) a taxa Selic em 1 ponto percentual, de 11,25% ao ano para 10,25% ao ano. A decisão era esperada pelos analistas financeiros.

Com a redução de hoje, a Selic chega ao menor nível desde janeiro de 2014, quando estava em 10% ao ano. De outubro de 2012 a abril de 2013, a taxa foi mantida em 7,25% ao ano, no menor nível da história, e passou a ser reajustada gradualmente até alcançar 14,25% ao ano em julho de 2015. Somente em outubro do ano passado, o Copom voltou a reduzir os juros básicos da economia.

Em comunicado, o Copom destacou que a inflação continua em queda e que o cenário internacional segue favorável para o Brasil. O BC, no entanto, informou que o aumento das incertezas em relação ao clima político pode levar à redução do ritmo de corte da taxa Selic nas próximas reuniões.

Fonte: Agência Brasil

Comissão Mista da MP 774 aprova plano de trabalho

Parlamentares da comissão mista que analisa a Medida Provisória (MP) 774/14 aprovaram nesta quarta-feira (31) o plano de trabalho.

A MP 774/17 acaba com a desoneração da folha de pagamento para vários setores. Segundo o texto, perdem o benefício as empresas do ramo de tecnologia da informação, teletendimento (call center), hoteleiro, comércio varejista e alguns segmentos industriais, como de vestuário, calçados e automóveis.

O plano de trabalho foi apresentado pelo relator, senador Airton Sandoval (PMDB-SP), e prevê também a realização de uma audiência pública na próxima terça-feira (6). A discussão e votação do relatório será na quarta-feira (7).

O presidente do colegiado que analisa o texto é o deputado Pedro Vilela (PSDB-AL).

Fonte: Agência Câmara

Projeto incentiva empresa que contratar idosos

Projeto de lei do senador Pedro Chaves (PSC-MS) concede incentivos fiscais para a contratação de empregados com idade igual ou superior a 60 anos. Nesses casos, o empregador poderá deduzir da contribuição social paga pela empresa o valor de um salário mínimo para cada semestre de contrato de trabalho de empregado idoso. Além disso, a empresa poderá deduzir da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, o total da remuneração paga ao empregado com idade igual ou superior a 60 anos. Pedro Chaves explica que o objetivo do PLS 154/2017 é diminuir a taxa de desemprego nesta faixa etária.

Fonte: Agência Senado

SITICOM de Chapecó conquista acordo que garante evolução salarial

Neste ano estão sendo registradas as maiores dificuldades para negociar salário aos trabalhadores. A crise econômica, aliada a crise política, causam entraves jamais registrados, devido a instabilidade e a falta de rumo. No entanto, na negociação para trabalhadores na indústria madeireira e moveleira, da indústria de olaria e cerâmica de Chapecó e região prevaleceu o bom senso.

As categorias profissionais acabaram ganhando aumento real a seus salários. As negociações já fechadas pelo o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Chapecó - SITICOM com a as duas classes econômicas foram produtivas. Significaram “evolução”, destaca a presidente Izelda Oro, que também é secretária para Assuntos da Mulher, Criança, Adolescente e Idoso da CONTRICOM.

O reajuste salarial (geral e pisos) das indústrias madeireira e moveleira chegou a 3,5% a ser aplicado sobre os salários de maio de 2017. A inflação do período foi de 3,99% índice que deveria ser acrescido aos salários percebidos em maio de 2016. Como em janeiro houve antecipação salarial de 2% (não descontada agora) o ganho real ficou em 1,5%. Já os profissionais das indústrias de olarias e cerâmicas estão recebendo 6% de aumento. Neste caso a antecipação de 2% oferecida em janeiro foi deduzida. Mesmo assim o ganho real alcançou 2%. Apesar de serem pequenos os índices conquistados acima dos percentuais inflacionários, são muito importantes



Izelda Oro (1ª à direita), durante as negociações: considerando a crise atual, foi uma evolução

“se consideradas as incertezas do momento vivido pelo país”, afirmou a dirigente sindical

As partes conveniaram que para ter direito a ampla assistência e se beneficiarem da atuação sindical, os profissionais precisarão estar filiados ao SITICOM e somente terão direito às disposições, econômica e social, os trabalhadores que aderirem à Convenção Coletiva de Trabalho. A CCT deve ser aplicada por toda categoria econômica “independente da adesão ou associação sindical do empregador”.

Fonte: SITICOM/CHAPECÓ

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)